- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Um órgão do Poder Legislativo de certo município da Federação celebrou contrato administrativo com a empresa Alfa, vencedora de certame licitatório prévio. O objeto contratado foi o fornecimento de determinado produto, tendo a cláusula de vigência do contrato previsto prazo de entrega com data pré-definida. Ao final do dia especificado para a entrega, a empresa entregou apenas 80% da quantidade contratada do produto. Os 20% restantes não foram entregues pela contratada em nenhum momento posterior.

Aberto procedimento administrativo para apurar o inadimplemento, a empresa foi notificada para prestar esclarecimentos, mas não apresentou justificativa plausível. Diante disso, apesar de não terem sido gerados danos graves à administração pública, a autoridade pública aplicou cumulativamente duas sanções à empresa Alfa, por ter dado causa à inexecução parcial do contrato. A empresa recorreu das penalidades, requerendo nulidade de sua aplicação, sob a alegação de que o mesmo servidor que teria celebrado o contrato teria também fiscalizado sua execução e, ainda, aplicado a respectiva sanção, fato que infringiria um dos princípios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), redija um texto dissertativo atendendo, de maneira fundamentada, ao que se pede a seguir.

1 Responda se a Lei n.º 14.133/2021 se aplica a órgãos do Poder Legislativo dos municípios. [**valor: 5,00 pontos**]

2 Indique as sanções que poderiam, de acordo com a legislação, ter sido aplicadas cumulativamente pela autoridade pública à empresa Alfa no caso apresentado. [**valor: 13,50 pontos**]

3 Aponte e explique o princípio administrativo que, segundo a alegação da empresa Alfa em seu recurso, teria sido descumprido pela administração pública no caso apresentado. [**valor: 10,00 pontos**]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO